

O PAPEL SOCIAL DO ARQUITETO MODERNO: TRAJETÓRIA DE CLOVIS ILGENFRITZ DA SILVA

JOÃO VICENTE MACHADO SCHMITZ; CELIA HELENA CASTRO GONSALES²

¹Universidade Federal de Pelotas – joaoschmitz@outlook.com

²Universidade Federal de Pelotas – celia.gonsales@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de uma dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, dentro da linha de pesquisa Teoria, História, Patrimônio e Crítica. A pesquisa está ligada ao projeto de pesquisa Lições de Arquitetura: o legado do Movimento Moderno – documentação e análise.

A dissertação em processo de elaboração trata de uma investigação acerca da trajetória profissional do arquiteto e urbanista gaúcho Clovis Ilgenfritz da Silva. Ela tem o objetivo de apresentar a dualidade do profissional que, durante os anos de 1960 e 2000, atuou na elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos de diferentes escalas, assim como teve forte engajamento político nas entidades representativas da categoria e na atuação como vereador pela cidade de Porto Alegre e como deputado federal.

Partindo do pressuposto de que a arquitetura está diretamente ligada a questões sociais e de algum modo à militância política, tendo em vista que a proposição de moradias, espaços urbanos e demais contribuições do campo, conforme comentam Montaner e Muxí (2011), implicam em um vínculo com o coletivo, que dialoga com o poder político e econômico, entende-se que essa prática deveria contribuir com melhorias coletivas.

Por outro lado, Kopp (1990) menciona que, além da renovação formal e espacial que o movimento moderno propôs na arquitetura, revestiu-se de um forte caráter de renovação social, haja vista que o comprometimento dos arquitetos ultrapassava a dimensão formal/espacial, firmando-se como um momento no qual os profissionais estavam mobilizados por ideais que beneficiassem a classe trabalhadora. A partir disso, foi proposta a construção de inúmeros conjuntos habitacionais para a população que vivia em condições precárias na Europa, assim como a reconstrução de cidades, o que objetivava trazer uma melhoria na qualidade de vida daquela população.

Além disso, no começo do século XX, na Europa, surge a presunção de que o cliente do arquiteto deixou de ser o "império", como indicam Montaner e Muxí (2011), para se tornar o operário. A partir daí, os arquitetos buscaram demonstrar preocupação com a reformulação social através de uma atuação na elaboração de projetos que propunham uma modificação na habitação. Esse momento foi ao encontro dos ideais sociais, que se voltaram para uma melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, na qual o movimento operário se destacou pela busca de melhoria nas condições trabalhistas (KOPP, 1990).

O pensamento que acompanhava o movimento moderno também fez com que muitos dos arquitetos brasileiros, a partir das circunstâncias locais, atuassem como militantes naquele período. Tais práticas se desenvolveram a partir, por exemplo, dos seguintes temas: planejamento urbano, habitação social e reconhecimento da profissão.

Os profissionais buscaram, ao seu modo, contribuir nesse campo a partir do trabalho prático e teórico sobre as cidades (na elaboração de planos diretores), da luta e do projeto de um habitat digno para toda a população, da dedicação às entidades da profissão e da filiação de partidos políticos, como foi o caso do arquiteto e urbanista gaúcho Clovis Ilgenfritz da Silva, cuja trajetória profissional é o cerne deste trabalho.

Clovis Ilgenfritz da Silva (1939-2019), ijuicense, formou-se arquiteto pela Faculdade de Arquitetura da UFRGS (FA/UFRGS) em 1965 e, durante o período acadêmico, já participava de movimentos estudantis. Posteriormente à sua formação, firmou sociedade com os arquitetos Ignez d'Ávila e Demetrio Ribeiro, e com o economista Renato Ilgenfritz da Silva, com os quais elaborou diversos projetos arquitetônicos e urbanísticos. Paralelamente, atuou em entidades da categoria, como o Instituto de Arquiteto do Brasil, departamento do Rio Grande do Sul (IAB/RS), Federação Nacional dos Arquitetos (FNA) e Sindicato dos Arquitetos no Rio Grande do Sul (SAERGS), assim como foi vereador e secretário na Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA) (SOUZA, 2017).

Considerando que o arquiteto ainda não teve um amplo estudo referente à sua contribuição no campo da arquitetura, urbanismo e política, esta investigação tem como foco a análise de sua obra considerando esses três campos de atuação.

Nesse contexto geral de pesquisa, este trabalho específico destaca a trajetória profissional de Ilgenfritz, com o foco no forte comprometimento político em relação à profissão. O trabalho situa a atuação do arquiteto em um panorama social em relação ao exercício da profissão e na busca por políticas públicas para a camada econômica mais necessitada.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa é teórica e qualitativa, pois trata de um processo de abordagem de conteúdos que são coletados, organizados e interpretados pelo autor, permitindo a elaboração de um material científico (GIL, 2002).

O objetivo busca ser alcançado através de uma pesquisa exploratória e descritiva onde, além de proporcionar maiores informações sobre a temática proposta, registram-se os fatos, sendo que os autores os analisam de forma minuciosa (ALMEIDA, 2021). Para a sua realização, foi elaborado um levantamento bibliográfico, análise de recortes de jornais, fotografias, publicações em revistas e outros materiais relevantes que permeiam a arquitetura, seu viés social e político.

Neste momento tem sido realizada a construção do referencial teórico em consonância com o redesenho de projetos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa está em fase de desenvolvimento e aqui apresentamos algumas considerações sobre os temas trabalhados.

Enquanto no sudeste do país a arquitetura moderna se desenvolvia criando uma identidade plástica e formal, no Rio Grande do Sul este fato não se deu da mesma forma, absorvendo as características gerais da arquitetura da escola carioca e paulista, correntes hegemônicas no país.

Isso se deve em parte porque, segundo Marques (2012), os profissionais estavam associados a uma visão coletiva da arquitetura e do urbanismo enquanto agentes de renovação social, de forma mais atuante no discurso do que nas demais regiões do país.

Tendo como principal referência as classes econômicas menos favorecidas, Silva (1986) destaca que a escassez de infraestrutura e qualidade de vida estava diretamente ligada à falta de planejamento das cidades brasileiras. Discutia-se, portanto, sobre a dominação de uma classe sobre as outras, o que era enfatizado através da segregação social, cultural e política.

Graeff (1995) comenta que, diante dessas circunstâncias, a atuação do arquiteto objetivava atender a parcela da população que era socialmente invisibilizada, portanto, tornava-se imprescindível o papel social do profissional na busca por melhores condições de vida dessa parcela da sociedade, propondo construções salubres e dignas. Nesse cenário, entendia-se que tal ação só seria possível através de uma articulação política com o poder público, fato que ampliava a condição profissional do arquiteto.

Assim sendo, cabe salientar o envolvimento que Ilgenfritz teve na militância política, tanto na luta pelo reconhecimento da profissão e pelas melhorias no campo de atuação, quanto na busca por políticas adequadas para a camada social de baixo poder econômico.

A partir desse panorama, menciona-se a participação do profissional na fundação da Associação Profissional dos Arquitetos de Porto Alegre (APA), que deu origem ao SAERGS, o qual presidiu por três mandatos (MELLO, 2014). Foi professor da FA/UFRGS entre 1974 e 1978 e, em 1976, junto de outros colegas e entidades da profissão, participou de uma publicação referente à criação da Assistência Técnica para Moradia Econômica (ATME) (SANTOS et al., 2010).

Referente à contribuição de projetos arquitetônicos, cabe destacar as cooperativas habitacionais que Ilgenfritz elaborou em parceria com seus sócios indicados anteriormente: a Cooperativa Habitacional dos Operários da Região Serrano-Missioneira (COOHABICASA), de 1968; a Cooperativa Habitacional dos Rodoviários do Rio Grande do Sul (COORODO), de 1970; e a Cooperativa Habitacional dos Municipários de Porto Alegre (COPHAMPA), de 1974. Apesar de não ter sido o maior campo de atuação do profissional em relação ao número de projetos arquitetônicos elaborados, foi representativo no sentido de conciliar discurso e prática em busca de uma arquitetura que acolhesse as demandas de uma camada significativa da população sem acesso à moradia digna.

A partir, em grande parte, da luta de Clovis Ilgenfritz em relação à construção de uma política habitacional adequada para o país, foi aprovada a Lei Federal nº 11.888/08, que versa sobre a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), conduzida pelo então deputado da Bahia, Zezéu Ribeiro. Nesse período, Ilgenfritz estava afastado da intensa atividade política, mas disfrutou de um momento de grande satisfação, após muita luta frente a diversas instituições.

É visto que o período de desenvolvimento da arquitetura moderna no Rio Grande do Sul foi marcado como uma época de grande militância política e empenho em entidades da categoria.

A trajetória do arquiteto que está sendo estudada permitiu identificar um número relevante de projetos arquitetônicos, desenvolvidos em parceria com outros colegas de profissão, sendo a maior parte deles residências unifamiliares projetadas para uma classe mais abastada. Muitos desses projetos foram desenvolvidos durante o período da ditadura militar brasileira, momento em que o profissional – declaradamente de esquerda – se absteve por um determinado período de maior repressão política, utilizando desses projetos como forma de sustento. Apesar disso, Clovis Ilgenfritz, quando possível, como foi visto, também elaborou projetos voltados a cooperativas habitacionais, que se aproximavam do discurso social praticado.

4. CONCLUSÕES

Este estudo, em geral, mostra-se relevante por ter buscado materiais que se encontram dispersos, em diferentes acervos: a pesquisa em fontes primárias foi fundamental para o desenvolvimento da comunicação.

Por outro lado, o tema tratado nesta pesquisa busca evidenciar o papel do arquiteto como um profissional que, durante o movimento moderno da arquitetura, buscou se comprometer com a causa social: o objetivo era atender às classes menos favorecidas, mas isso só seria possível a partir de articulações com o poder público. No entanto, a falta de políticas públicas que efetivamente beneficiassem a referida classe econômica, enfraqueceu, de maneira geral, o discurso ideológico dos arquitetos.

Cabe retomar, portanto, o comprometimento de Ilgenfritz que decidiu direcionar sua atividade profissional voltada para a política de forma mais direta, participando mais intensamente da vida política, candidatando-se, e sendo eleito, vereador e deputado federal. Esses fatos possibilitaram – dentre todas as condições que tais cargos competiam – expandir as políticas habitacionais àqueles que não tinham representação frente à esfera política nacional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ítalo D'Artagnan. **Metodologia do Trabalho Científico**. Recife: Ed. UFPE, 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
GRAEFF, E. A. **Arte e técnica na formação do arquiteto**. São Paulo: Studio Nobel: Fundação Vilanova Artigas, 1995.

KOPP, A. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

MARQUES, S. M. **Fayet, Araújo & Moojen: arquitetura moderna brasileira no sul**. 2021. Tese (Doutorado em Arquitetura) - PROPAR, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MELLO, B. C. E. [Org.]. **Sindicato dos Arquitetos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2014.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. **Arquitectura y Política: ensayos para mundos alternativos**. Barcelona: Gustavo Gili, SL, 2011.

SANTOS, Al P. et. al. **Manual para Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda [...]**. Brasília: IAB/DN, 2010, 35 p.

SILVA, C. I. Constituinte e política urbana. **Projeto**, São Paulo, n.85, p.3, 1986.

SOUZA, L. A. **Arquiteto Clovis Ilgenfritz da Silva: currículo comentado**. Salvador: IAB-BA, 2017. Disponível em: <https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/Memorial-aprovado-pelo-ARQUITETO-CLOVIS-ILGENFRITZ-DA-SILVA-.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2022.